

OS EFEITOS DA POBREZA INFANTIL SOBRE A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS EDUCACIONAIS NO ESTADO DO MARANHÃO.

Autor(res)

Gladson Barros Resplandes
Wandeson Dos Reis Nascimento
Lara Sofia Brito De Andrade Silva
Dyemeson Victo Santos Sousa
Vanessa Sousa Da Silva
Davi Araújo Abreu
Ester Saraiva Milhomem Paz
Kayke Silva Oliveira
Vitória Geovanna Nunes Gomes

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE IMPERATRIZ

Introdução

O presente resumo traz consigo a importância dos estudos em volta dos efeitos da pobreza infantil sobre a efetivação dos direitos educacionais no estado do Maranhão. Tal problemática, se dá a partir da insuficiência governamental no que tange à educação. A falta de políticas públicas fomenta esse caótico cenário na Educação infantil maranhense. Os estudos em volta desta problemática, permite conhecer de perto os aspectos que favorecem a persistência da mesma, bem como contribui para as discussões em busca de alternativas validas para o enfrentamento desse obstáculo, qual seja um dos principais focos desta pesquisa.

Objetivo

Realizar uma análise sobre a pobreza multidimensional na infância e adolescência no Brasil", tendo como objeto a apresentação das motivações que gerem a problemática voltada para falta de acesso à educação.

Material e Métodos

A pesquisa foi conduzida por método qualitativa/quantitativa, envolvendo a análise de dados secundários a fim de quantificar, e entender a dimensão do problema. A coleta de dados foi realizada através de pesquisas no Google acadêmico, relatórios governamentais, artigos acadêmicos e leis estaduais, bem como resultado de estudos de universidades do estado. Para garantir a validade e veracidade dos dados, foram verificadas a credibilidade das fontes, através da reputação das fontes, e além da abordagem de decodificação temática. Além do mais, o grupo realizou reuniões como ferramenta de comunicação para compartilhar informações, discutir o andamento da pesquisa, para analisar os dados e tomar decisões relacionadas ao projeto.

Resultados e Discussão

Em consonância ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a desigualdade de renda e riqueza provoca ou torna mais grave uma série de fenômenos negativos. A problematização desses seguimentos resulta na carência da alfabetização através de uma educação de qualidade, isto é, percentual abundante de crianças e adolescentes. Segundo estudos, o maior obstáculo assentado em 84,7%, refere-se ao saneamento básico, onde, a infância não tem acesso ao serviço, resulta também em baixo nível de confiança recíproca entre seus membros; aumento de patologias psiquiátricas e de adição (que se equivale a dependência de drogas etc.); diminuição das expectativas de vida e aumento da mortalidade infantil; péssimos resultados escolares entre as crianças; aumento dos casos de gravidez entre menores; aumento dos homicídios; aumento da população carcerária; e forte diminuição da mobilidade social.

Conclusão

Diante dos fatos mencionados, pode-se concluir que a falta de conhecimento sobre a decadência do governo maranhense em razão à pobreza infantil no estado, mostra omissão e pouco comprometimento com a população infantil, tornando-se vulneráveis de seus direitos previstos na Lei N 8205 de 2004, logo, várias crianças e adolescentes encontram-se em situação de rua em decorrência da exclusão social.

Referências

- COSTA, Antônio Carlos Gomes. Os Regimes de Atendimento no ECA: perspectivas e desafios. Brasil: Secretário Especial de Direitos Humanos, 2006. Acesso em: 22/04/2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>
- MAAS, L. W. D., ASSIS, L. M. L. de ., TOMÁS, M. C., Carvalho, P. F. B., Vilaça, T. O., & Lira, A. E. de .. (2022). A pobreza no Maranhão: uma análise com base na perspectiva multidimensional. *Sociedade E Estado*, 37(2), 407–433. Acesso em: 21/04/2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202237020002>
- MARANHÃO. Lei N° 8205 de 22/02/2004: Institui o Fundo Maranhense de Combate à pobreza, cria o Comitê de Políticas de Inclusão Social, e dá outras providências. Acesso em: 22/04/2024. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=129833#:~:text=Institui%20o%20Fundo%20Maranhense%20de,Social%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.>